

Art. 143. O Subsecretário da Receita Estadual, apreciando o relatório de que trata o artigo anterior, proporá:

I - as medidas cabíveis ao encerramento do processo, se ficar provada a existência de força maior, coação ilegal ou circunstância ligada ao estado físico ou psíquico que não caracterize o abandono do cargo, ou que possa determinar a justificação das faltas;

II - a instauração de Processo Administrativo-Disciplinar, se o Agente Fiscal do Tesouro do Estado for estável ou inexistirem provas das situações mencionadas no inciso anterior, ou existindo, forem julgadas insatisfatórias.

Art. 144. Mesmo ultrapassando 30 (trinta) faltas consecutivas, o Agente Fiscal do Tesouro do Estado terá o direito de reassumir o exercício do seu cargo, nele aguardando decisão final do processo, salvo se estiver com prisão ou suspensão preventiva decretada.

Art. 145. Instaurado o processo, o feito seguirá o rito estabelecido nesta lei, não obstante o indiciado conteste o fato do abandono ou procure justificá-lo.

Art. 146. Se o indiciado em abandono de cargo apresentar pedido de exoneração será encerrado o processo, a juízo da autoridade instauradora, desde que o mesmo verse exclusivamente sobre o abandono e não seja o requerente indiciado em outros processos administrativo-disciplinares.

Seção VII  
Da Suspensão Preventiva

Art. 147. Poderá a autoridade instauradora do Processo Administrativo-Disciplinar, em despacho motivado, ordenar a suspensão preventiva do indiciado por até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que sua permanência no exercício do cargo seja reputada inconveniente ou prejudicial à apuração dos fatos.

Art. 148. O Agente Fiscal do Tesouro do Estado suspenso preventivamente terá direito:

I - à contagem de tempo de serviço referente ao período em que tenha estado suspenso, quando não houver resultado aplicação de pena disciplinar ou quando esta se limitar à de censura ou multa;

II - à contagem, como tempo de efetivo exercício, do período de afastamento que exceder o prazo de suspensão disciplinar aplicada;

III - à percepção dos vencimentos e demais vantagens, como se em exercício estivesse, na hipótese de enquadramento no disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Caso o Agente Fiscal do Tesouro do Estado, suspenso previamente, venha a ser punido com suspensão, computar-se-á o tempo de suspensão preventiva para integrar o prazo de cumprimento da penalidade, procedendo-se aos respectivos ajustes no tempo de serviço, vencimentos e demais vantagens, na forma que dispõe o § 1.º do art. 124.

Seção VIII  
Dos Recursos às Penas Disciplinares

Art. 149. Ao Agente Fiscal do Tesouro do Estado punido é assegurado, mediante petição fundamentada, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data em que tiver ciência da imposição da pena, o direito de:

I - pedir reconsideração à mesma autoridade que a tenha imposto;

II - recorrer, com efeito suspensivo, ao superior imediato de quem aplicou a pena.

Art. 150. O pedido de reconsideração ou o recurso será julgado em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, contado da data do ingresso do requerimento.

Seção IX  
Da Revisão das Penas Disciplinares

Art. 151. Admitir-se-á revisão do procedimento administrativo findo, de que haja resultado imposição de penalidade disciplinar, quando:

I - se comprovar que a decisão condenatória foi contrária a texto expresso de lei ou à evidência dos autos;

II - se comprovar que a decisão condenatória se fundamentou em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos;

III - após a decisão condenatória, forem apresentadas novas provas de inocência do punido ou de circunstâncias que autorizem a redução da pena aplicada.

§ 1.º Os pedidos que não se fundarem nas hipóteses enumeradas neste artigo serão indeferidos liminarmente, assim como aqueles que tiverem por base simples alegação de injustiça na imposição da pena.

§ 2.º Não será admissível a reiteração do pedido, salvo se fundado em fatos novos.

§ 3.º Em se tratando de Agente Fiscal do Tesouro do Estado falecido, ou incapacitado para requerer, a revisão poderá ser solicitada pelo cônjuge, descendente, ascendente, sogro, irmão ou pessoa a eles equiparada pela legislação previdenciária do Estado, que poderão se fazer representar por advogado.

Art. 152. O pedido de revisão, devidamente instruído, deverá ser dirigido à autoridade que tenha imposto a pena.

§ 1.º Se indeferido o pedido, caberá recurso ou reconsideração.

§ 2.º Se deferido, o pedido será apensado aos autos do procedimento original, quando a autoridade mandará encaminhar os expedientes ao Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 153. O pedido de revisão será julgado em prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 154. Julgada procedente a revisão, a autoridade competente poderá absolver o punido, alterar a classificação da infração ou modificar a pena imposta, que não poderá resultar no agravamento da pena aplicada.

Seção X  
Do Cancelamento de Notas

Art. 155. O Agente Fiscal do Tesouro do Estado que tenha sofrido pena disciplinar de censura ou de suspensão poderá obter o cancelamento das respectivas notas nos assentamentos funcionais, quando não haja sofrido outra punição disciplinar dentro dos seguintes prazos:

I - 3 (três) anos, no caso de censura;

II - 5 (cinco) anos, no caso de suspensão.

§ 1.º O termo inicial dos prazos estipulados neste artigo recairá no dia imediato ao da aplicação da pena de censura e ao do cumprimento da pena de suspensão.

§ 2.º O cancelamento das anotações relativas à pena de suspensão não implicará o pagamento de diferenças de vencimentos e demais vantagens pecuniárias, nem o cômputo de tempo de efetivo serviço correspondente ao período de cumprimento da pena.

Art. 156. A decisão será proferida pela autoridade que tiver imposto a pena em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

§ 1.º Do indeferimento do pedido caberá reconsideração para a mesma autoridade, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão denegatória.

§ 2.º O pedido de reconsideração será julgado em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

TÍTULO III  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 157. São transformados 170 (cento e setenta) cargos vagos de Agente Fiscal do Tesouro do Estado em cargos de Auditor do Estado e 100 (cem) cargos vagos de Agente Fiscal do Tesouro do Estado em cargos de Auditor de Finanças do Estado, conforme definido nas respectivas Leis.

§ 1.º Todos os direitos, as garantias, as prerrogativas e as atribuições inerentes à carreira de Agente Fiscal do Tesouro do Estado, na forma determinada nesta Lei Orgânica, , bem como os efeitos remuneratórios, são extensivos aos ocupantes do cargo de Fiscal de Tributos Estaduais, em extinção, abrangidos pela Lei Complementar n.º 10.933, de 15 de janeiro de 1997, que originou o Agente Fiscal do Tesouro do Estado, bem como pela Lei n.º 8.118, de 30 de dezembro de 1985.

§ 2.º Todos os direitos inerentes à carreira de Agente Fiscal do Tesouro do Estado, na forma determinada nesta Lei Orgânica, bem como os efeitos remuneratórios, são extensivos aos servidores aposentados, abrangidos pela Lei Complementar n.º 10.933, de 15 de janeiro de 1997, que originou o Agente Fiscal do Tesouro do Estado, bem como pelas Leis n.ºs 8.116, de 30 de dezembro de 1985, 8.117, de 30 de dezembro de 1985, 8.118, de 30 de dezembro de 1985, 8.123, de 31 de dezembro de 1985, e art. 15 da Lei n.º 8.533, de 21 de janeiro de 1988, e pelas Leis que definiam cargos absorvidos pelas precitadas normas, inclusive quanto ao art. 14 da Lei n.º 4.470, de 31 de dezembro de 1962, e à Lei n.º 4.940, de 26 de fevereiro de 1965.

Art. 158. A partir da publicação desta Lei Orgânica, os Agentes Fiscais do Tesouro do Estado que não se encontram em exercício na Receita Estadual, e que, por ocasião da publicação desta Lei Orgânica e por força da vigência da mesma, gozam de idênticos direitos e garantias daqueles em exercício na Receita Estadual, e que passam igualmente a compor o quadro da administração tributária estadual, com lotação na Receita Estadual em Porto Alegre, poderão, a critério do servidor e do interesse público, permanecer em exercício nos locais atuais, podendo, inclusive, ocupar funções gratificadas.

§ 1.º Aplicam-se aos servidores em exercício na condição do “caput” deste artigo o disposto nos arts. 50 a 58.

§ 2.º São mantidas para todos os fins, as atribuições plenas previstas nas Leis n.ºs 8.116/1985, 8.117/1985, 8.118/1985, 8.123/1985, e art. 15 da Lei n.º 8.533/1988, bem como pelas Leis Complementares n.ºs 10.933, de 15 de janeiro de 1997, e 11.124, de 3 de fevereiro de 1998, aos atuais ocupantes do cargo de Agente Fiscal do Tesouro do Estado.

§ 3.º Para efeito de aposentadoria e incorporação de vantagens, respeitado o disposto no art. 103 da Lei Complementar n.º 10.098/1994, os Agentes Fiscais do Tesouro do Estado de que trata este artigo são considerados como em efetivo exercício na Receita Estadual ainda que enquadrados na hipótese prevista no “caput” deste artigo.

Art. 159. Para os atuais Agentes Fiscais do Tesouro do Estado, o critério para remoção por necessidade de serviço é o de antiguidade na carreira, sendo removido preferencialmente o mais novo.

Art. 160. Aos Agentes Fiscais do Tesouro do Estado que se encontrem cedidos, licenciados ou afastados temporariamente por qualquer outra razão legalmente admitida, aplicam-se plenamente todas as disposições desta Lei Orgânica, especialmente o disposto no art. 158, sem qualquer prejuízo da manutenção do “status” funcional em que se encontrem na data de sua publicação.

Parágrafo único. Aos Técnicos do Tesouro do Estado que se encontrem cedidos, licenciados ou afastados temporariamente da Receita Estadual, por qualquer razão admitida legalmente, ficam assegurados idênticos direitos e garantias daqueles em exercício na Receita Estadual, inclusive o vínculo com esta.

Art. 161. As disposições desta Lei Orgânica aplicam-se, igualmente, aos servidores inativos da carreira que regula, bem como aos respectivos pensionistas.

Art. 162. No ato da nomeação ficam assegurados aos Agentes Fiscais do Tesouro do Estado aprovados em concurso público regido por normas anteriores à vigência desta lei, os mesmos direitos, garantias, prerrogativas e atribuições dos atuais Agentes Fiscais do Tesouro do Estado.

Art. 163. Os casos omissos nesta Lei Orgânica regular-se-ão, no que couber, pelo Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 164. O Poder Executivo remeterá, no prazo de 90 (noventa) dias, à Assembleia Legislativa projeto de lei fixando o Quadro Único de Funções Gratificadas da Receita Estadual, constando número, atribuições e remuneração.

Art. 165. **VETADO.**

Art. 166. As despesas decorrentes desta Lei Orgânica correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 167. Esta Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 168. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 26 de abril de 2010.

YEDA RORATO CRUSIUS,  
Governadora do Estado.

Registre-se e publique-se.

Projeto de Lei Complementar n 301/2009, de iniciativa do Poder Executivo

BERCÍLIO LUIZ DA SILVA,  
Chefe da Casa Civil.